

HISTÓRIA DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL: DESAFIOS E AVANÇOS NA CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Tayronne de Almeida Rodrigues¹
Francisco Ricardo Duarte²**

Resumo: O movimento agroecológico no Brasil tem suas raízes em resistências ao modelo de modernização conservadora da agricultura, implementado nas décadas de 1960 e 1970, que gerou exclusão social e degradação ambiental. Este artigo revisa as trajetórias e os desafios enfrentados pelo movimento agroecológico na construção de um modelo sustentável de desenvolvimento. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão de literatura, com base em publicações entre os anos de 2000 e 2023, e teve como objetivo analisar as principais fases e articulações do movimento, além de identificar os desafios institucionais e políticos enfrentados. Os resultados mostraram que a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2002 foi um marco importante para a institucionalização do movimento. Entretanto, a expansão da agroecologia enfrenta obstáculos, como a resistência do agronegócio e a dificuldade de acesso ao crédito rural. O fortalecimento das políticas públicas e da educação agroecológica, bem como a integração de saberes científicos e tradicionais, são apontados como estratégias essenciais para a consolidação do movimento. Conclui-se que, apesar dos avanços, a agroecologia no Brasil ainda precisa superar barreiras institucionais e políticas para se firmar como um modelo dominante de desenvolvimento sustentável, capaz de promover justiça social e equilíbrio ambiental no campo.

Palavras-chave: Agroecologia. Extensão Rural. Políticas Públicas. Brasil. Movimentos Sociais.

HISTORY OF THE AGROECOLOGICAL MOVEMENT IN BRAZIL: CHALLENGES AND ADVANCES IN BUILDING A SUSTAINABLE DEVELOPMENT MODEL

Abstract: The agroecological movement in Brazil has its roots in resistance to the conservative modernisation model of agriculture implemented during the 1960s and 1970s, which led to social exclusion and environmental degradation. This article reviews the trajectories and challenges faced by the agroecological movement in building a sustainable development model. The research was

¹ Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, E-mail: tayronnealmeid@gmail.com

² Doutor em Difusão do Conhecimento pela UFBA, Professor Adjunto da Universidade Federal do Vale do São Francisco, E-mail: ricardo.duarte@univasf.edu.br

conducted through a literature review based on publications from 2000 to 2023, aiming to analyse the main phases and articulations of the movement, as well as to identify the institutional and political challenges encountered. The findings revealed that the creation of the National Agroecology Articulation (ANA) in 2002 was a significant milestone for the institutionalisation of the movement. However, the expansion of agroecology faces obstacles, such as resistance from agribusiness and difficulties in accessing rural credit. Strengthening public policies and agroecological education, alongside integrating scientific and traditional knowledge, are highlighted as essential strategies for consolidating the movement. It is concluded that, despite progress, agroecology in Brazil still needs to overcome institutional and political barriers to establish itself as a dominant model of sustainable development, capable of promoting social justice and environmental balance in rural areas.

Keywords: Agroecology. Rural Extension. Public Policies. Brazil. Social Movements.

INTRODUÇÃO

A agroecologia no Brasil tem se constituído como um importante campo de resistência e alternativa ao modelo agrícola convencional, que historicamente tem gerado impactos negativos tanto para o meio ambiente quanto para as populações rurais. Ao longo das últimas décadas, esse movimento tem ganhado espaço tanto no campo acadêmico quanto nas práticas cotidianas de pequenos agricultores, que veem na agroecologia uma possibilidade concreta de construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável e socialmente justo. No entanto, a trajetória do movimento agroecológico brasileiro é marcada por desafios estruturais e conceituais, que refletem as tensões entre os diferentes modelos de agricultura e de desenvolvimento em disputa no país. Essa tensão emerge principalmente nas décadas de 1970 e 1980, com o surgimento das primeiras iniciativas de resistência ao modelo de modernização conservadora da agricultura, como bem observado por Petersen e Almeida (2004).

A modernização conservadora impôs ao Brasil um modelo agrícola baseado na alta dependência de insumos químicos, mecanização e concentração fundiária, o que resultou em uma crescente marginalização dos pequenos produtores rurais e em severos impactos ambientais. Esse modelo, conforme apontam Altieri (2009) e Mazoyer e Roudart (2010), transformou a agricultura em um setor altamente produtivo, mas que ao mesmo tempo trouxe consigo um processo de degradação dos ecossistemas e de exclusão social nas áreas rurais. A partir desse contexto, surgem movimentos que reivindicam uma agricultura mais conectada às realidades locais e que busque alternativas aos padrões impostos pelo agronegócio. Tais movimentos, muitas vezes articulados com iniciativas da Igreja Católica e organizações de base, passaram a fomentar práticas agrícolas que, ao respeitar os ciclos naturais e a cultura local, propõem uma ressignificação do papel do agricultor no processo produtivo.

Nesse cenário, a agroecologia se consolida como um campo que engloba ciência, prática e movimento social, desafiando as fronteiras tradicionais da ciência agrária, como aponta Vailati e Carvalho (2020). A agroecologia no Brasil

emerge não apenas como uma prática de resistência, mas também como um movimento social articulado em torno da construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural. A sua trajetória, no entanto, não foi linear e sem obstáculos. Segundo Faria (2020), o movimento agroecológico brasileiro passou por diferentes fases, desde as primeiras resistências na década de 1980, até a sua consolidação como um movimento nacional articulado a partir dos anos 2000, com a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

A partir de uma análise histórica, é possível perceber que o movimento agroecológico no Brasil se desenvolveu em três principais etapas: o surgimento das primeiras resistências ao modelo convencional; a articulação de práticas alternativas nos anos 1980 e 1990; e a institucionalização do movimento a partir dos anos 2000. Essas fases refletem o processo contínuo de busca por alternativas de produção que considerem não apenas a sustentabilidade ambiental, mas a justiça social. Conforme descrito por Faria (2020), esse movimento nasce a partir da necessidade de reorganização das práticas agrícolas, em um contexto de exclusão e marginalização das comunidades rurais, que encontraram na agroecologia uma forma de resistir às imposições do agronegócio.

Por outro lado, a institucionalização do movimento agroecológico também trouxe novos desafios. O crescimento da rede de organizações e de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agroecologia exigiu que o movimento enfrentasse dilemas relacionados à sua própria expansão. Segundo Petersen e Almeida (2004), a articulação de uma rede nacional de agroecologia foi um processo complexo, que envolveu o enfrentamento de diferentes visões sobre o papel do Estado e do mercado no desenvolvimento da agroecologia. A institucionalização trouxe consigo uma maior visibilidade para o movimento, mas também exigiu que ele se adaptasse a novas realidades, como a criação de políticas públicas específicas, como o Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória e os desafios enfrentados pelo movimento agroecológico brasileiro na construção de um modelo sustentável de desenvolvimento. A pesquisa busca

compreender de que maneira o movimento agroecológico tem se constituído ao longo do tempo, quais os principais desafios enfrentados e como as suas práticas têm se articulado com o campo científico e com as políticas públicas. A partir de uma análise histórica e conceitual, este estudo visa contribuir para o debate sobre os rumos da agroecologia no Brasil, compreendendo-a não apenas como uma prática agrícola, mas como uma proposta de transformação social que busca integrar os saberes tradicionais com a ciência moderna.

Além disso, esta pesquisa também pretende discutir os desafios contemporâneos enfrentados pelo movimento agroecológico, especialmente no que se refere à sua institucionalização e à relação com o Estado e o mercado. Nesse sentido, autores como Caporal (2016) e Gutiérrez (2021) destacam a importância de compreender a agroecologia como um campo que ultrapassa os limites da ciência tradicional, propondo uma dimensão interdisciplinar e transdisciplinar que envolva diferentes áreas do conhecimento, como a biologia, a sociologia e a economia. A agroecologia, ao propor um novo paradigma para a produção agrícola, também desafia as estruturas de poder estabelecidas, o que gera tensões e conflitos, tanto no campo político quanto no campo científico.

Portanto, o presente estudo se propõe a contribuir para o entendimento da trajetória do movimento agroecológico brasileiro, ressaltando os avanços e os desafios enfrentados ao longo de sua história. Ao analisar as diferentes fases do movimento, este artigo busca lançar luz sobre as potencialidades e limitações da agroecologia como modelo de desenvolvimento sustentável, destacando a importância de uma abordagem sistêmica que integre o conhecimento científico com as práticas tradicionais e as demandas sociais. Como bem destaca Morin (2002), o desafio da ciência no século XXI é superar as fronteiras disciplinares e compreender a realidade de forma global e integrada, o que torna a agroecologia uma proposta que responde às demandas contemporâneas de sustentabilidade e justiça social.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a presente pesquisa seguiu os preceitos da revisão bibliográfica, como método apropriado para a análise das trajetórias e desafios do movimento agroecológico no Brasil. Segundo Gil (2008), a revisão de literatura é uma técnica essencial para a identificação, avaliação e interpretação dos trabalhos já existentes em determinado campo de conhecimento, permitindo uma visão abrangente e crítica sobre o tema. Neste contexto, optou-se por uma abordagem qualitativa, focada na análise de fontes secundárias, como artigos científicos, livros e documentos relacionados ao desenvolvimento e institucionalização da agroecologia no Brasil. A revisão bibliográfica possibilita não apenas a compreensão histórica do movimento agroecológico, como o mapeamento dos principais debates e desafios enfrentados pelo movimento ao longo das últimas décadas.

A revisão foi realizada a partir da seleção criteriosa de materiais acadêmicos que tratam da trajetória histórica, dos fundamentos teóricos e dos desafios práticos do movimento agroecológico. Foram incluídos na pesquisa textos que abordam especificamente o desenvolvimento da agroecologia no Brasil, excluindo-se trabalhos que, embora tratem da temática agroecológica, não apresentem relação direta com o contexto brasileiro ou com os desafios institucionais do movimento. Essa delimitação foi essencial para garantir a relevância e o foco do estudo, evitando a dispersão de temas e contribuindo para uma análise mais aprofundada. Segundo Creswell (2010), a delimitação clara dos critérios de inclusão e exclusão é fundamental para a validade e consistência de uma pesquisa baseada em revisão de literatura, já que permite a organização do material de maneira mais coerente e estruturada.

Os critérios de inclusão foram, portanto, estabelecidos da seguinte maneira: primeiramente, foram selecionados apenas trabalhos que tivessem sido publicados entre os anos de 2000 e 2023. Esse recorte temporal foi definido a partir da necessidade de compreender as transformações recentes no movimento agroecológico, especialmente após a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2002, que marcou uma nova fase de

institucionalização e expansão do movimento no país. Além disso, foram incluídos trabalhos publicados em periódicos acadêmicos reconhecidos pela Capes, assim como livros e capítulos de livros de autores que tenham efetiva contribuição para o debate agroecológico no Brasil. Textos publicados em anais de congressos e seminários nacionais e internacionais também foram considerados, desde que cumprissem os critérios temáticos estabelecidos.

As bases de dados utilizadas para a revisão foram: Scielo, *Google Scholar*, e periódicos da Capes. Essas plataformas foram escolhidas por serem amplamente reconhecidas na comunidade acadêmica e por oferecerem um vasto acervo de materiais científicos de qualidade. Além disso, foram utilizados artigos de publicações específicas da área de agroecologia, como os Cadernos de Agroecologia e revistas associadas à área de Ciências Agrárias e Ambientais, que abordam diretamente questões relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável e à agroecologia. A busca foi realizada utilizando-se termos como "história da agroecologia no Brasil", "movimento agroecológico", "desafios da agroecologia" e "desenvolvimento sustentável". A combinação desses descritores permitiu a localização de materiais que dialogam diretamente com o tema proposto.

Em relação aos critérios de exclusão, optou-se por desconsiderar textos que não apresentavam rigor acadêmico, tais como artigos de opinião e matérias jornalísticas, uma vez que esses materiais não atendem aos padrões metodológicos e epistemológicos necessários para a fundamentação teórica de uma pesquisa científica. Da mesma forma, foram excluídos artigos que tratavam exclusivamente de práticas agrícolas sustentáveis fora do escopo agroecológico, ou seja, que não discutiam a agroecologia como ciência, prática e movimento social. Textos que abordavam a agroecologia apenas de maneira tangencial ou como um aspecto secundário dentro de outras discussões também foram excluídos, de modo a concentrar a análise nos debates centrais que envolvem o movimento agroecológico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa, revelam a complexidade do movimento agroecológico no Brasil, suas trajetórias e desafios na construção de um modelo sustentável de desenvolvimento. Ao longo das últimas décadas, a agroecologia no Brasil se consolidou como um campo multidimensional, englobando ciência, prática e movimento social, conforme apontado por Altieri (2009) e Vailati e Carvalho (2020). Esse caráter multidimensional reflete-se nas diversas formas de atuação do movimento, que vai além da adoção de técnicas agrícolas sustentáveis, propondo uma nova forma de organização socioeconômica e de gestão dos recursos naturais.

Em primeiro lugar, observa-se que o movimento agroecológico brasileiro foi moldado por um conjunto de resistências e alternativas que emergiram em resposta à modernização conservadora da agricultura implementada nas décadas de 1960 e 1970. Segundo Petersen e Almeida (2004), essa modernização resultou na intensificação do uso de insumos químicos, mecanização e concentração fundiária, o que gerou uma exclusão crescente dos pequenos produtores rurais. Foi nesse contexto que surgiram as primeiras iniciativas agroecológicas, muitas delas vinculadas a organizações de base e a movimentos sociais que buscavam alternativas ao modelo agrícola convencional. Esses movimentos se estruturaram em torno de práticas que valorizavam o conhecimento tradicional dos agricultores e que tinham como objetivo promover uma produção agrícola mais equilibrada com o meio ambiente.

Outro ponto que emerge da literatura é o papel das comunidades eclesiais de base e da Igreja Católica na articulação das primeiras práticas agroecológicas. Conforme apontado por Faria (2020), a Igreja, por meio da sua atuação junto às populações rurais, desempenhou um papel fundamental no apoio a projetos de agricultura alternativa. A criação de "Projetos Alternativos" na década de 1980, como os desenvolvidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi um marco importante para o desenvolvimento do movimento agroecológico, ao fomentar práticas como a captação de água da chuva e a agricultura comunitária.

A institucionalização do movimento agroecológico, ocorrida principalmente a partir da criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2002, representa um momento-chave na trajetória do movimento. Segundo Vailati e Carvalho (2020), a criação da ANA possibilitou uma maior articulação entre os diversos atores envolvidos no movimento, fortalecendo a agroecologia como uma alternativa política e econômica ao agronegócio. Essa articulação permitiu a criação de redes de cooperação entre diferentes organizações, o que foi essencial para a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da agroecologia, como o Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

No entanto, o crescimento do movimento agroecológico trouxe consigo novos desafios, especialmente no que se refere à sua institucionalização e ao seu relacionamento com o Estado e o mercado. Conforme discutido por Petersen e Almeida (2004), a expansão da agroecologia no Brasil exigiu que o movimento enfrentasse tensões internas, decorrentes das diferentes visões sobre o papel do Estado na promoção de políticas públicas agroecológicas. De um lado, há aqueles que defendem uma maior intervenção estatal no apoio à agroecologia, por meio de políticas de crédito e incentivos fiscais, enquanto, de outro, estão os que acreditam que a agroecologia deve manter sua autonomia em relação ao Estado e ao mercado.

Esse dilema é reforçado pelo fato de que, conforme observado por Caporal (2016), o movimento agroecológico busca romper com a lógica produtivista que orienta o agronegócio e que tem como base a exploração intensiva dos recursos naturais. A agroecologia, por sua vez, propõe uma produção baseada nos princípios da sustentabilidade e do respeito aos limites ecológicos dos sistemas produtivos. Esse modelo, no entanto, ainda enfrenta grandes desafios, especialmente no que se refere à competição com o agronegócio, que domina amplamente o mercado agrícola brasileiro e que conta com o apoio de políticas públicas e subsídios estatais.

A relação entre ciência e agroecologia também foi amplamente discutida na literatura revisada. Segundo Gutiérrez (2021), a agroecologia carrega consigo uma perspectiva transdisciplinar, que envolve não apenas o conhecimento

científico, mas também os saberes tradicionais e locais. Isso faz com que a agroecologia se afaste dos modelos científicos convencionais, baseados em uma visão reducionista dos processos produtivos, que adote uma perspectiva sistêmica e integrada, que considera a complexidade dos ecossistemas e das interações sociais. Essa visão, no entanto, ainda enfrenta resistências no campo acadêmico, onde o modelo de agricultura industrial continua sendo amplamente dominante.

A expansão da agroecologia no Brasil também está diretamente relacionada ao fortalecimento dos movimentos sociais no campo. Conforme discutido por Faria (2020), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) desempenharam um papel importante na incorporação dos princípios agroecológicos em suas pautas de luta. A articulação desses movimentos com a rede de agroecologia foi fundamental para o desenvolvimento de práticas que integram a luta pela reforma agrária com a promoção de um modelo de agricultura sustentável.

Por outro lado, a literatura também aponta para a necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas para o apoio à agroecologia. O PNAPO, embora represente um avanço importante, ainda enfrenta limitações em sua implementação, especialmente no que se refere à articulação entre as diferentes esferas de governo e à alocação de recursos. Conforme discutido por Vailati e Carvalho (2020), um dos principais desafios enfrentados pelo movimento agroecológico é a necessidade de fortalecer as políticas de crédito rural voltadas para os pequenos agricultores, de modo a garantir que eles possam ter acesso aos recursos necessários para a transição agroecológica.

Além disso, a inclusão da agroecologia nos currículos das universidades e escolas técnicas tem sido apontada como uma estratégia fundamental para a consolidação do movimento. Segundo Altieri (2009), a formação de novos profissionais capacitados para atuar no campo da agroecologia é essencial para que o movimento possa se expandir e se consolidar. A criação de cursos de graduação e pós-graduação em agroecologia, assim como a oferta de cursos técnicos e de extensão rural, tem contribuído para a disseminação dos

conhecimentos agroecológicos e para a formação de novas gerações de agricultores e técnicos comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

No entanto, a implementação da agroecologia em larga escala ainda enfrenta barreiras institucionais e políticas. Conforme observado por Caporal (2016), a agroecologia, ao propor uma mudança paradigmática no modelo de desenvolvimento agrícola, enfrenta resistências tanto do setor privado quanto de alguns setores do governo, que veem na agroecologia uma ameaça aos seus interesses econômicos. Essa resistência é especialmente forte em regiões onde o agronegócio é dominante e onde há uma forte concentração de poder político e econômico nas mãos de grandes produtores rurais.

A literatura revisada aponta para a necessidade de uma maior articulação entre os diferentes atores envolvidos no movimento agroecológico, de modo a fortalecer a rede de cooperação e a promover uma maior troca de experiências e conhecimentos. Conforme discutido por Gutiérrez (2021), a agroecologia só poderá se consolidar como um modelo de desenvolvimento sustentável se for capaz de articular os saberes tradicionais com os conhecimentos científicos modernos, promovendo uma integração entre as diferentes formas de conhecimento.

Portanto, os resultados desta pesquisa mostram que o movimento agroecológico no Brasil, embora tenha alcançado importantes avanços nas últimas décadas, ainda enfrenta grandes desafios para sua consolidação. A construção de um modelo sustentável de desenvolvimento passa pela necessidade de fortalecer as políticas públicas, ampliar o acesso ao crédito rural, promover a educação agroecológica e enfrentar as resistências políticas e econômicas que dificultam a expansão do movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória do movimento agroecológico revelou que ele se consolidou em resposta às problemáticas socioambientais geradas pelo modelo de modernização conservadora da agricultura, o qual intensificou a exclusão social e a degradação ambiental. A partir de resistências locais, muitas vezes articuladas com movimentos sociais e a Igreja Católica, a agroecologia se

configurou como uma alternativa que integra saberes tradicionais e científicos, buscando promover uma agricultura sustentável, socialmente justa e ambientalmente equilibrada.

Esta pesquisa apresentou que a institucionalização do movimento, com a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o fortalecimento de políticas públicas como o Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), foi um marco importante para o avanço da agroecologia no país. No entanto, também evidenciou que esse processo trouxe novos desafios, como a necessidade de manter a autonomia do movimento em relação ao Estado e ao mercado, além da dificuldade de conciliar diferentes visões sobre o papel do Estado na promoção da agroecologia. A resistência de setores do agronegócio e a dificuldade de acesso ao crédito rural para pequenos agricultores foram outros obstáculos identificados.

Os resultados também indicam que, embora a agroecologia tenha avançado nas últimas décadas, sua implementação em larga escala ainda enfrenta barreiras políticas, econômicas e institucionais. A necessidade de uma maior articulação entre os diferentes atores envolvidos no movimento, bem como o fortalecimento da educação agroecológica nas universidades e escolas técnicas, foram identificados como elementos essenciais para a consolidação do modelo agroecológico no Brasil. A integração de saberes, como propõe Gutiérrez (2021), é uma das principais estratégias para que o movimento agroecológico continue a se expandir e a consolidar suas práticas em diversas regiões do país.

Este estudo cumpriu seu objetivo de analisar as trajetórias e os desafios do movimento agroecológico brasileiro, demonstrando que, apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a agroecologia se estabeleça como um modelo dominante de desenvolvimento rural sustentável. A pesquisa também reforça a necessidade de políticas públicas mais robustas e de maior suporte aos pequenos agricultores, que são os principais agentes na construção de uma agricultura que respeite os limites ecológicos e promova a justiça social no campo. A agroecologia, portanto, continua a ser um movimento em construção, cujo sucesso dependerá de sua capacidade de enfrentar os desafios que se impõem, articulando-se em rede e fortalecendo suas práticas e

saberes em consonância com as demandas sociais e ambientais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, set 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 25 nov. 2024.

CAPORAL, F. R. Poderá a Agroecologia responder aos cinco axiomas da sustentabilidade? **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.11, n.4, p. 390-402, 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FARIA, A. A. C. Agroecologia no Brasil: uma história contada em três tempos. **Cadernos de Agroecologia**, São Cristóvão, Sergipe, v. 15, n. 2, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUTIÉRREZ, L. A. L. Agroecologia: um novo paradigma para o campo e para a cidade. In: PIATTI, C. B.; OLIVEIRA, J. R. R. de. **Educação do Campo em Mato Grosso do Sul**: ampliando a construção da identidade das escolas do campo. Campo Grande: Ed. UFMS, 2021. p. 138-153.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. **Rincões Transformadores**: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro - uma perspectiva a partir da Rede PTA. Rio de Janeiro, abr. 2004.

QUIROZ, D. A Agroecologia é uma Revolução Epistemológica (Entrevista com Victor M. Toledo). **Revista Agriculturas**, v. 13, n. 1, p. 42-45, 2016.

VAILATI, P. H.; CARVALHO, M. M. X. Uma história da Agroecologia no Brasil: uma nova ciência? **Cadernos de Agroecologia**, São Cristóvão, Sergipe, v. 15, n. 2, 2020.